

Bruxelas, 19.4.2017
COM(2017) 183 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO
CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ
DAS REGIÕES**

**Iniciativa a favor do desenvolvimento sustentável da economia azul no Mediterrâneo
Occidental**

{SWD(2017) 130 final}

1. INTRODUÇÃO

A economia marítima da região do Mediterrâneo Ocidental tem um enorme potencial de desenvolvimento em todos os setores com ela relacionados. A região dispõe de 200 portos e terminais, e quase 40 % de todas as mercadorias (em valor) passam pelo Mediterrâneo¹.

A região do Mediterrâneo Ocidental é, de toda a bacia mediterrânica, a que atrai o maior número de turistas, em parte devido à sua riqueza artística e cultural. Tem uma grande biodiversidade, com 481 zonas marinhas protegidas, incluindo sítios da rede Natura 2000². A região é uma zona de pesca rica, representando mais de 30 % do valor total dos desembarques na primeira venda no Mediterrâneo e mais de 36 000 postos de trabalho diretos nos navios de pesca³.

Apesar destas grandes vantagens, a região enfrenta uma série de dificuldades que agravam a sua instabilidade geopolítica geral: uma crise económica e financeira prolongada com elevadas taxas de desemprego jovem em vários países, o crescimento da urbanização costeira, a sobre-exploração das unidades populacionais de peixes, a poluição marinha e, não menos importante, a crise dos refugiados.

As alterações climáticas afetam profundamente a região⁴, e a subida do nível do mar representa uma enorme ameaça para as economias e os ecossistemas costeiros. Outros fatores, como o crescimento e o envelhecimento da população, a migração e o aprofundamento da globalização, também agravarão estas pressões.

É, por conseguinte, claramente necessária uma iniciativa conjunta que permita à UE e aos países vizinhos trabalharem além-fronteiras com vista a:

- Aumentar a segurança e a proteção;
- Promover o crescimento azul sustentável e a criação de emprego;
- Preservar os ecossistemas e a biodiversidade no Mediterrâneo Ocidental.

No que se refere à governação marítima, a união das forças permitirá igualmente aos países coordenarem ações, utilizarem os instrumentos de forma mais eficaz e maximizarem a utilização dos fundos e dos instrumentos financeiros, com a possibilidade de mobilizar mais investimento privado do que conseguiriam a título individual, nomeadamente graças à recém-lançada Plataforma de Investimento no quadro da Política de Vizinhança da UE⁵.

Consequentemente, em 2015, a Declaração sobre a Economia Azul⁶ da Conferência Ministerial da União para o Mediterrâneo convidou os países participantes a explorarem o valor acrescentado e a viabilidade de estratégias marítimas apropriadas a nível sub-regional, com base na experiência adquirida com o Diálogo 5+5. Em outubro de 2016, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Argélia, de Espanha, da França, da Itália, da Líbia, de Malta, de Marrocos, da Mauritânia, de Portugal e da Tunísia encorajaram a prossecução dos trabalhos

¹ <http://msp-platform.eu/sea-basins/west-mediterranean>.

² <http://www.mapamed.org> (abril de 2016).

³ <http://www.fao.org/3/a-i5496e.pdf> (FAO 2016).

⁴ <http://www.cmcc.it/publications/regional-assessment-of-climate-change-in-the-mediterranean-climate-impact-assessments>.

⁵ http://ec.europa.eu/europeaid/news-and-events/state-union-2016-european-external-investment-plan_en.

⁶ http://ufmsecretariat.org/wp-content/uploads/2015/11/2015-11-17-declaration-on-blue-economy_en.pdf

sobre uma iniciativa para o desenvolvimento sustentável da economia azul, juntamente com o Secretariado da União para o Mediterrâneo⁷.

Esta iniciativa resulta desse pedido e inclui a presente comunicação, bem como o quadro de ação que a acompanha. Ambos foram elaborados em cooperação estreita com os países em questão e com o Secretariado da União para o Mediterrâneo. A comunicação descreve os principais desafios, as lacunas que têm de ser colmatadas e possíveis soluções. O quadro de ação apresenta as prioridades propostas e o respetivo valor acrescentado, bem como as ações e os projetos em pormenor, com metas quantitativas e prazos para monitorização dos progressos ao longo do tempo.

A iniciativa baseia-se na longa experiência da Comissão em estratégias para as bacias marítimas e estratégias macrorregionais⁸ (como a Estratégia Atlântica, a estratégia da UE para a região do Mar Báltico e a estratégia da UE para a região adriática e jónica). Além disso, assenta em duas décadas de trabalho no âmbito do Diálogo 5+5, que criou fortes laços entre os países participantes, bem como noutras políticas da UE ligadas à região, como as prioridades da revisão da política europeia de vizinhança e a recente Comunicação sobre a governação internacional dos oceanos⁹. A iniciativa beneficia:

- do diálogo regional em curso sobre a política marítima e a economia azul sob a égide da União para o Mediterrâneo,
- da cooperação em matéria de gestão das pescas, recentemente reforçada pelo processo de Catânia, lançado em 2016, e da cooperação no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável da aquicultura, ambas no âmbito da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM), e
- da cooperação no âmbito da Convenção de Barcelona sobre a proteção do meio marinho e da região costeira do Mediterrâneo e da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, bem como dos esforços envidados tendo em vista a execução da Estratégia Mediterrânica para o Desenvolvimento Sustentável.

Embora a iniciativa se centre na região do Mediterrâneo Ocidental e nos dez países acima mencionados, o seu âmbito de ação — e potenciais benefícios — poderia facilmente estender-se além desta sub-bacia. Por conseguinte, em função das necessidades a abordar, as ações podem envolver parceiros do Mediterrâneo Central e do Atlântico Nordeste e permanecerão abertas a outros parceiros.

Uma vez que a iniciativa diz respeito a países da UE e a países parceiros, terá de ser apoiada politicamente, primeiro na UE e depois na União para o Mediterrâneo, reunindo os dez países em causa.

⁷ <http://ufmsecretariat.org/foreign-affairs-ministers-of-the-55-dialogue-discuss-pressing-regional-challenges-and-highlight-the-positive-contribution-of-ufm-activities-to-the-enhancement-of-regional-cooperation/>.

⁸ COM(2014) 284 e COM(2016) 805.

⁹ JOIN(2016) 49.

2. DESAFIOS E LACUNAS

As extensas consultas realizadas entre as partes interessadas e as autoridades nacionais revelaram uma série de desafios e lacunas que podem ser resumidos em três domínios principais, indicados a seguir:

2.1 Segurança

Em média, ocorrem cerca de 60 acidentes de transporte marítimo por ano no Mediterrâneo Ocidental, 15 dos quais envolvem navios-cisterna que transportam petróleo ou produtos químicos¹⁰. Quase metade dos acidentes que resultaram em derrames significativos (100 toneladas ou mais) na última década verificaram-se no mar Mediterrâneo Ocidental¹¹. A situação da região é, por enquanto, bastante boa em comparação com a de outras sub-bacias, porém, novos desenvolvimentos económicos podem expô-la a riscos acrescidos, sobretudo em zonas em que o tráfego marítimo está congestionado (como o estreito de Gibraltar, o estreito de Bonifácio ou o estreito da Sicília) e nos portos e terminais. A duplicação do canal de Suez poderá vir a agravar o congestionamento do tráfego. A concentração de navios aumenta o risco de colisões, de poluição ambiental e sonora e de acidentes.

Esta região é, além disso, particularmente sensível do ponto de vista da segurança. Em 2013-2015, as suas águas foram atravessadas por uma média de 11 000 migrantes ilegais por mês¹², suscitando preocupações crescentes no que se refere às vidas humanas e às atividades económicas. É de prever que as atuais tendências demográficas e as alterações climáticas aumentem a concorrência pelos recursos e contribuam para a instabilidade geopolítica da região.

É fundamental garantir a segurança e a proteção das atividades marítimas para promover o desenvolvimento sustentável dos setores da economia azul e a prosperidade e estabilidade da região. Entre os esforços para fazer face a estes riscos e ameaças incluem-se, nomeadamente:

- o Plano de Ação Regional para os Transportes na Região Mediterrânica¹³ e os projetos EMSA/SAFEMED,
- a Estratégia de Segurança Marítima da UE e o respetivo plano de ação,
- a Estratégia Marítima Integrada de África para 2050 e a Declaração de Lomé sobre Segurança Marítima,
- o pacote relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira¹⁴ e um projeto-piloto conexo lançado em 2016 para melhorar a cooperação operacional em matéria de funções de guarda costeira entre três agências da UE (Frontex, EFCA e EMSA) no Mediterrâneo Ocidental.

Desde que a crise dos refugiados e o controlo da migração se tornaram prioritários em 2015, foram desenvolvidas inúmeras atividades centradas na migração ao abrigo da Agenda Europeia da Migração. A rede Seahorse Mediterrâneo e os Fóruns Europeu e Mediterrânico

¹⁰ http://www.medmaritimeprojects.eu/download/ProjectMediamer/SH_Meeting_WME/WM_Transport_factsheet_300115.pdf.

¹¹ <http://arxiv.org/pdf/1510.00287.pdf>.

¹² <http://www.europarl.europa.eu/EPRS/EPRS-AaG-565905-Recent-Migration-flows-to-the-EU-FINAL.pdf>.

¹³ Adotado pelo Fórum EuroMed Transportes em março de 2015.

¹⁴ Regulamentos (UE) 2016/1624, 2016/1625 e 2016/1626.

dos Serviços de Guarda Costeira também ajudaram a melhorar a cooperação entre os países envolvidos.

No entanto, as iniciativas e os projetos ainda se encontram relativamente dispersos pela região, e as capacidades de fiscalização, bem como a disponibilidade, a acessibilidade, o tratamento e a compreensão dos dados, ainda são dissimilares e fragmentados entre as duas margens. A cooperação entre os Estados-Membros da UE e os países parceiros do Sul tem, por conseguinte, de ser reforçada para colmatar essas lacunas facilitando a interoperabilidade e o intercâmbio de dados, desenvolvendo capacidades e melhorando a resposta em tempo real a situações de emergência.

2.2 Elevadas taxas de desemprego jovem versus uma mão de obra do setor marítimo em envelhecimento

A região do Mediterrâneo Ocidental apresenta um paradoxo a nível do emprego: as taxas de desemprego jovem são extremamente elevadas — entre 14 % e 58 % —, porém as empresas, tanto dos setores tradicionais como emergentes, não conseguem encontrar trabalhadores com as competências e os perfis de que precisam. Esta falta de correspondência entre a oferta e a procura deve-se sobretudo à falta de diálogo e cooperação entre o setor e os diferentes níveis de educação.

Além disso, existe um duplo desafio em matéria de investigação e desenvolvimento (I&D). Por um lado, atividades como o turismo, o transporte e a pesca, que estão tradicionalmente na linha da frente da economia azul, exigem uma maior inovação e diversificação para se manterem sustentáveis, competitivas e lucrativas ao longo do tempo, bem como para assegurarem emprego qualificado. Por outro lado, várias atividades e cadeias de valor emergentes (como a biotecnologia azul, as energias renováveis marinhas e os recursos biológicos e minerais)¹⁵ requerem um apoio dedicado para realizarem todo o seu potencial, obterem suficiente massa crítica e atráírem investimentos e atividades de I&D e investimento adaptados.

Estão atualmente a ser promovidas diversas iniciativas e quadros estratégicos em todo o Mediterrâneo Ocidental para impulsionar a atividade económica, a investigação e a inovação. Entre estas incluem-se:

- a estratégia «Crescimento azul» e a política marítima da UE,
- a estratégia europeia em prol do crescimento e do emprego no setor do turismo costeiro e marítimo¹⁶,
- a Iniciativa BlueMed,
- a Iniciativa Crescimento Azul da FAO.

Estas iniciativas destinam-se a países da UE ou países vizinhos, mas não a ambos. As iniciativas postas em prática através de concursos da UE nem sempre refletem as necessidades específicas dos beneficiários do Mediterrâneo Ocidental, e o apoio a atividades transversais entre as partes interessadas do Sul e do Norte é normalmente limitado. É necessário agir no sentido de corrigir as assimetrias em termos de âmbito geográfico, alinhar os instrumentos de

¹⁵ Serão alinhadas com a Estratégia Bioeconómica para a Europa e relacionadas com o Fórum Internacional de Bioeconomia.

¹⁶ COM(2014) 86.

financiamento, gerar massa crítica para as atividades económicas que atualmente não apelam aos investidores privados, abordar a atual falta de correspondência entre a oferta e a procura de competências azuis, aumentar a capacidade das partes interessadas para criar parcerias entre as duas margens da região e, por fim, impulsionar os investimentos e criar postos de trabalho na região.

Outras iniciativas abrangem ambas as margens da região, como o Plano de Ação para um Consumo e Produção Sustentáveis e o Plano de Ação Regional para os Transportes na Região Mediterrânica. Representam uma boa oportunidade e poderiam beneficiar de maiores sinergias e cooperação entre as partes interessadas, bem como de um maior envolvimento do setor privado na sua execução a nível do Mediterrâneo Ocidental.

2.3 Interesses divergentes e concorrentes no mar

A região do Mediterrâneo Ocidental tem a maior biodiversidade¹⁷ e o número mais elevado de espécies endémicas de toda a bacia. No entanto, à semelhança do resto da bacia marítima, várias das suas unidades populacionais foram, durante muito tempo, objeto de sobrepesca¹⁸. As zonas marinhas protegidas e os sítios da rede Natura 2000 designados a nível nacional abrangem cerca de 3,5 % das suas águas¹⁹, uma percentagem ainda distante do objetivo de 10 % no atinente à conservação da zona costeira e marinha²⁰.

A região gera 48 % do valor acrescentado bruto e 45 % do emprego no Mediterrâneo no seu conjunto graças aos principais setores marítimos: turismo, aquicultura, pesca e transporte. É um foco de pressões económicas, demográficas e ambientais, estando nela situadas sete das treze zonas do Mediterrâneo nas quais a atividade económica densa interage ativamente com questões de conservação²¹.

A coexistência de atividades económicas marítimas potencialmente concorrentes nas mesmas águas pode dissuadir ou impedir o investimento. Estas atividades também podem aumentar a produção de resíduos e o consumo de energia e água, agravar a exploração de recursos biológicos e outros e, em última análise, causar mais poluição, bem como uma grave deterioração dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Por este motivo, têm sido envidados esforços na região para pôr em prática um leque alargado de iniciativas e acordos, como a Diretiva Ordenamento do Espaço Marítimo e a Diretiva-Quadro Estratégia Marinha da UE, a Iniciativa Crescimento Azul da FAO, o Plano de Ação para o Mediterrâneo do PNUA – Convenção de Barcelona e o seu plano de ação regional relativo ao lixo marinho e o Protocolo sobre a Gestão Integrada da Zona Costeira do Mediterrâneo, entre outros. A recente estratégia a médio prazo da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar Negro e a MEDFISH4EVER também constituem uma boa base para abordar a atual sobre a exploração das unidades populacionais.

Embora exista uma verdadeira vontade política de resolver os problemas ambientais e piscatórios, a região continua a carecer de uma ação adequada de sensibilização e divulgação e de políticas transeitoriais alicerçadas em factos comprovados. Continuam, além disso, a existir muitas lacunas no que diz respeito à aplicação e execução, sobretudo a nível nacional e local.

Os testes de resistência dos dados marinhos revelam também a existência de graves lacunas a nível do conhecimento sobre a natureza geológica e ecológica das águas meridionais, bem como uma diminuição do investimento público em programas de monitorização no norte. As lacunas de informação em matéria de capturas e do esforço da pequena pesca complicam consideravelmente o apoio ao setor das pescas.

¹⁷ A diversidade de espécies no Mediterrâneo aumenta de este para oeste: 43 % das espécies identificadas estão presentes no Mediterrâneo Oriental, 49 % no Adriático e 87 % no Mediterrâneo Ocidental.

¹⁸ Importa salientar que 44 das 48 unidades populacionais avaliadas no período de 2012-2014 foram consideradas como estando fora dos limites biológicos de segurança. (Fonte: Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas e Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo.)

¹⁹ <http://www.mapamed.org> (abril de 2016).

²⁰ Estabelecido pela meta n.º 11 de Aichi em matéria de biodiversidade e adotado no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.5.

²¹ Relatório MEDTRENDS de 2015:

http://d2ouvy59p0dg6k.cloudfront.net/downloads/medtrends_regional_report.pdf.

3. A RESPOSTA: AÇÕES PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS E COLMATAR AS LACUNAS

Um quadro de ação evolutivo²² (ver o documento de trabalho dos serviços da Comissão que acompanha a presente comunicação) identifica as lacunas que têm de ser colmatadas, bem como o potencial valor acrescentado das prioridades e ações propostas. A iniciativa será financiada com fundos e instrumentos financeiros internacionais, da UE, nacionais e regionais existentes, que serão coordenados e complementares. Tal deverá criar alavancagem e atrair financiamento de outros investidores públicos e privados. As fontes de financiamento potenciais são indicativas e estão sujeitas à apreciação dos procedimentos e critérios de avaliação dos fundos, programas e projeto em questão, sem prejuízo dessa apreciação.

Ao promover a coordenação e a cooperação entre os dez países, a presente iniciativa visa:

- Aumentar a segurança;
- Promover o crescimento azul sustentável e a criação de emprego;
- Preservar os ecossistemas e a biodiversidade na região do Mediterrâneo Ocidental.

Após consultas extensas com as autoridades e as partes interessadas a nível nacional, a iniciativa centrar-se-á em três objetivos principais que respondem a estes três desafios principais.

3.1 Objetivo 1 — Um espaço marítimo mais seguro

Garantir a segurança das atividades no mar é indispensável para o desenvolvimento sustentável da economia marítima, para manter e criar postos de trabalho e para a boa governação do mar e das zonas costeiras.

Prioridades:

1.1 Cooperação entre guardas costeiras

Atualmente, existem várias iniciativas destinadas a reforçar a segurança marítima, contudo, na região do Mediterrâneo Ocidental, os meios são disponibilizados a diferentes níveis ou por diferentes parceiros. Foram realizados progressos no que diz respeito à promoção do intercâmbio voluntário de dados, mas a cooperação entre as guardas costeiras de ambas as margens continua a ser limitada e a reação em tempo real às situações de emergência no mar deve ainda ser melhorada.

Ações:

- Intensificar a cooperação entre as guardas costeiras de ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental através de ações como redes de centros de formação, formação conjunta e intercâmbio de pessoal.
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades em domínios como o da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, os serviços de tráfego marítimo, a busca e salvamento no mar e a luta contra a introdução clandestina de migrantes e outros tipos de tráfico ilícito no mar (nomeadamente através do desenvolvimento da rede Seahorse Mediterrâneo).

²² O quadro de ação será revisto e atualizado periodicamente, em função do surgimento de novas necessidades.

Fontes de financiamento potenciais: Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), Instrumento Europeu de Vizinhança (IEV), Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento (ICD)

1.2 Segurança marítima e resposta à poluição marinha

A partilha de dados marítimos entre ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental tem de ser otimizada, a fim de melhorar a perceção situacional, de garantir a utilização eficaz do financiamento nacional e de melhorar a cooperação nas operações transfronteiriças. Alguns países parceiros partilham dados ambientais através da EMSA/SAFEMED, mas obstáculos impedem que acedam ao SafeSeaNet.

Ações:

- Encorajar a partilha de dados sobre tráfego marítimo concedendo aos países do Sul apoio para a melhoria das infraestruturas (sistema de identificação automática/sistema de acompanhamento e de informação do tráfego de navios) e ajudando-os a aceder às plataformas existentes (SafeSeaNet e sistema comum de comunicação e informação de emergência sobre poluição marinha).
- Reforçar as capacidades (planeamento, preparação e ferramentas) de resposta e combate à poluição marinha causada por acidentes.

Fontes de financiamento potenciais: IEV, FEDER, Horizonte 2020, fundos nacionais

Metas do objetivo 1

- Plena cobertura do sistema de identificação automática até 2018, com o objetivo de partilhar mais dados de monitorização do tráfego marítimo a nível regional;
- Vigilância das fronteiras reforçada através do envolvimento dos países vizinhos na rede Seahorse Mediterrâneo até 2018.

3.2 Objetivo 2 — Uma economia azul inteligente e resiliente

A inovação e a partilha de conhecimentos são essenciais para abordar a questão da sucessão de gerações no mercado de trabalho e para tornar a região mais sustentável, competitiva e resiliente às crises cíclicas e aos choques. Este objetivo baseia-se largamente em iniciativas existentes, como a BlueMed²³ e a sua agenda estratégica de investigação e inovação, e encoraja os países parceiros a intensificarem o seu envolvimento.

Prioridades:

2.1 Investigação e inovação estratégicas

Os parceiros e partes interessadas da margem sul do Mediterrâneo Ocidental serão convidados a aderir à Iniciativa BlueMed para criar economias de escala e promover parcerias entre a

²³ Uma iniciativa de investigação e inovação para o crescimento e o emprego azuis na região do Mediterrâneo, desenvolvida conjuntamente pelos seguintes países: Chipre, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Itália, Malta e Portugal.

Investigação e a indústria de ambas as margens do Mediterrâneo.

Ações:

- Promover as indústrias e os serviços inovadores de base biológica, incluindo ingredientes alimentares, produtos farmacêuticos, cosméticos e químicos, materiais e energia.
- Desenvolver novas tecnologias de observação e monitorização dos oceanos, nomeadamente dos recursos biológicos das águas profundas e dos fundos marinhos, entre outros.
- Desenvolver novos conceitos e protocolos por empresas privadas e operadores marítimos para maximizar a utilização de infraestruturas, navios e plataformas para fins científicos, ambientais e de segurança e proteção.
- Desenvolver soluções adaptadas e novas tecnologias destinadas a tirar partido das energias renováveis marinhas e a promover a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas.
- Desenvolver capacidades em matéria de transferência de conhecimento e tecnologia.
-

Fontes de financiamento potenciais: Horizonte 2020, fundos nacionais, FEAMP, FEDER, IEV, LIFE, Fundo Verde para o Clima

2.2 Desenvolvimento de pólos de atividades marítimas

Os pólos de atividades marítimas contribuem claramente para criar inovação, emprego e crescimento. Desempenham um papel essencial na criação de massa crítica para atividades económicas que, atualmente, não atraem os investidores privados.

Ações:

- Apoiar o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas na economia azul (através de pólos de atividades marítimas, incubadoras, dinamizadores, investidores providenciais e instrumentos financeiros por medida a nível nacional).
- Promover uma rede eficaz de pólos de atividades marítimas em toda a região.
- Criar pólos regionais no domínio das energias renováveis, do bem-estar e do envelhecimento ativo, baseados em recursos e tecnologias marinhos e marítimos.

Fontes de financiamento potenciais: FEAMP, COSME, IEV, FEDER, fundos nacionais, Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS)

2.3 Desenvolvimento e circulação de competências

As instituições de ensino e formação no domínio marítimo identificaram uma série de formas possíveis de abordar a atual falta de correspondência entre a oferta e a procura de competências marítimas e de aumentar a cooperação.

Ações:

- Fomentar o desenvolvimento de competências marítimas inovadoras através de um conjunto de ações estratégicas para melhorar a correspondência entre a oferta e a procura.
- Promover o trabalho em rede e os intercâmbios entre as instituições académicas e os institutos marítimos, portuários e logísticos.
- Sensibilizar para as profissões marítimas e torná-las apelativas para os jovens.
- Assegurar a correspondência entre a oferta e a procura de emprego nos serviços, nas cadeias de aprovisionamento e nas infraestruturas do transporte multimodal de mercadorias.
- Harmonizar as competências e funções existentes de gestão de questões de migração em toda a região e promover uma migração circular mais eficaz.

Fontes de financiamento potenciais: FEAMP, Iniciativa Crescimento Azul — FAO, Fundo Social Europeu (FSE), IEV, ERASMUS+, Mecanismo Interligar a Europa (MIE), fundos nacionais

2.4 Consumo e produção sustentáveis (transporte marítimo, portos, turismo marítimo e costeiro, aquicultura marinha)

As atividades marítimas e terrestres, juntamente com a urbanização progressiva da linha costeira, exercem pressão sobre os ecossistemas marinhos e costeiros da sub-bacia e podem afetar a sustentabilidade a longo prazo de setores como a aquicultura marinha e o turismo marítimo e costeiro. Esta prioridade irá encorajar a execução do Plano de Ação para um Consumo e Produção Sustentáveis na região e uma mudança no sentido de uma mobilidade mais inteligente e mais ecológica, do turismo sustentável e de práticas aquícolas sustentáveis.

Ações:

- Instaurar modelos e práticas de consumo e produção sustentáveis; apoiar a utilização de fontes de energia limpas para a dessalinização da água do mar; promover a eficiência energética e a adaptação às alterações climáticas nas cidades costeiras.
- Promover o transporte marítimo e as infraestruturas portuárias verdes para combustíveis alternativos; otimizar as infraestruturas, as interfaces e os procedimentos/operações portuários; continuar a desenvolver a Rede Transeuropeia de Transportes e as autoestradas do mar, bem como as ligações portuárias conexas.
- Desenvolver novos produtos e serviços turísticos temáticos, incluindo:
 - itinerários naturais, culturais e históricos, turismo náutico e de cruzeiro, marinas sustentáveis, a pesca-turismo e a pesca recreativa,
 - o desenvolvimento de recifes artificiais ecológicos,
 - a interligação dos fatores de atração marítimos e terrestres (gastronomia, cultura, desporto, etc.).
- Desenvolver normas técnicas comuns para a aquicultura marinha sustentável nos vários países, diversificar o setor e desenvolver capacidades.

Fontes de financiamento potenciais: FEAMP, COSME, MIE, LIFE, IEV, FEDER, Horizonte 2020, fundos nacionais, Iniciativa Crescimento Azul — FAO, Portal Europeu de Projetos de Investimento, FEIE, FEDS

Metas do objetivo 2

- países do Mediterrâneo Ocidental incluídos na Iniciativa BlueMed e na sua agenda estratégica de investigação até 2017,
- aumento de 25 % dos portos e marinas com certificação ecológica até 2022,
- aumento de 20 % do valor de produção da aquicultura sustentável até 2022,
- aumento de 20 % das chegadas de turistas em época baixa até 2022.

3.3 Objetivo 3 — Melhor governação dos mares

A obtenção de ecossistemas marinhos e costeiros saudáveis, aliada à promoção do desenvolvimento socioeconómico, requer um quadro institucional, jurídico e técnico sólido que seja capaz de equilibrar a procura concorrente de recursos naturais e espaço limitados.

Prioridades:

3.1 Ordenamento do espaço marítimo e gestão costeira

Procurar-se-á garantir a coerência na aplicação da Diretiva Ordenamento do Espaço Marítimo (OEM) e da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, bem como do Protocolo sobre a Gestão Integrada da Zona Costeira do Mediterrâneo (GIZCM).

Ações:

- Melhorar a gestão das zonas marítimas e costeiras pelos intervenientes locais e assegurar uma aplicação correta e coordenada da Diretiva OEM e do Protocolo GIZCM, incluindo uma abordagem baseada nos ecossistemas.
- Melhorar o conhecimento acerca das interações terra-mar e desenvolver soluções de engenharia ecológicas para alcançar o bom estado ambiental dos mares e das costas.
- Desenvolver ferramentas que permitam selecionar locais apropriados para instalações de alto mar e cumprir as exigências energéticas e ambientais da região.

Fontes de financiamento potenciais: FEAMP, FEDER, IEV, Horizonte 2020, fundos nacionais

3.2 Conhecimento marinho e marítimo

A elaboração de políticas alicerçadas em factos comprovados requer dados marinhos e marítimos harmonizados e atualizados sobre questões como investimento, valor acrescentado bruto, emprego, produção e eliminação de resíduos, batimetria, qualidade da água e monitorização ambiental. Os dados necessários estão frequentemente indisponíveis, ou disponíveis apenas para alguns países.

Ações:

- Promover a recolha, a manutenção e o armazenamento de dados através dos instrumentos, das bases de dados e dos projetos existentes (nomeadamente a Rede Europeia de Observação e de Dados sobre o Meio Marinho — EMODNET, o centro virtual de conhecimentos gerido pelo Secretariado da União para o Mediterrâneo e os projetos do Horizonte 2020) e estender o seu alcance geográfico e temático a toda a região.
- Manter e atualizar informações sobre fenómenos de erosão e riscos costeiros; harmonizar e expandir os sistemas de monitorização costeira à escala da sub-bacia e desenvolver instrumentos comuns que permitam avaliar o impacto das atividades humanas.
- Desenvolver veículos autónomos não tripulados e infraestruturas subaquáticas conexas.
- Desenvolver capacidades no domínio dos assuntos marítimos.

Fontes de financiamento potenciais: FEAMP, IEV, FEDER, LIFE, Horizonte 2020, fundos nacionais, Fundo Verde para o Clima

3.3 Biodiversidade e conservação dos habitats marinhos

A biodiversidade da região é ameaçada pela poluição, pela eutrofização, pela destruição dos habitats marinhos e costeiros, pela perturbação das rotas migratórias dos animais selvagens, pelas alterações na dinâmica costeira, pelo lixo marinho e pelo ruído. Os países serão apoiados nos seus esforços para cumprir os seus compromissos internacionais, como a Convenção de Barcelona, incluindo o respetivo plano de ação regional relativo ao lixo marinho, e a Convenção sobre a Biodiversidade.

Ações:

- Avaliar as pressões atmosfera-terra-mar e os respetivos riscos para os ecossistemas e a saúde humana.
- Ajudar a criar e gerir zonas marinhas protegidas, reduzir o lixo marinho, gerir as águas de lastro e monitorizar a poluição sonora.
- Reforçar a capacidade local para identificar espécies exóticas invasoras e rotas de invasão, bem como a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas marinhos.
- Apoiar campanhas de sensibilização para o ambiente e a biodiversidade marinhos, bem como de voluntariado ambiental em toda a região.

Fontes de financiamento potenciais: LIFE, FEDER, IEV, FEAMP, Horizonte 2020, fundos nacionais

3.4 Pesca sustentável e desenvolvimento das comunidades costeiras

Verifica-se, atualmente, uma fragmentação das ações entre ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental, pelo que se procurará uma maior coordenação e cooperação a nível regional através da aplicação da estratégia a médio prazo da Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (2017-2020) para a sustentabilidade das pescas no Mediterrâneo e no mar

Negro. Deste modo, poderá garantir-se também uma aplicação mais coerente da política comum das pescas a nível da sub-bacia.

Ações:

- Promover o desenvolvimento sustentável da pequena pesca e das comunidades costeiras aumentando a capacidade da região para gerir as unidades populacionais de peixes através de planos plurianuais em matéria de pesca, medidas técnicas, encerramentos de zonas de pesca e outras medidas específicas de conservação.
- Impulsionar a capacidade da região para garantir uma recolha de dados adequada, avaliações científicas regulares e um quadro jurídico adequado em matéria de controlo e inspeção.
- Criar grupos técnicos locais para analisar oportunidades e ameaças específicas e definir medidas e técnicas de intervenção conjuntas.
- Divulgar boas práticas em termos de comercialização de produtos da pesca, aumentar o seu valor acrescentado e diversificar as atividades económicas nas comunidades costeiras (nomeadamente através de abordagens da base para o topo, como o desenvolvimento local de base comunitária).

Fontes de financiamento potenciais: FEAMP, IEV, Iniciativa Crescimento Azul — FAO, CGPM.

Metas do objetivo 3

- A totalidade das águas sob jurisdição nacional e a totalidade das linhas costeiras abrangidas pelo ordenamento do espaço marítimo e pela gestão integrada da zona costeira e respetivos mecanismos de execução até 2021;
- Pelo menos 10 % das zonas costeiras e marinhas abrangidas por zonas marinhas protegidas e outras medidas de conservação eficazes orientadas para zonas específicas até 2020;
- Redução de 20 % do lixo marinho nas praias até 2024;
- Inclusão dos países do sul do Mediterrâneo na EMODNET até 2020;
- Todos os Estados dotados de um quadro jurídico e capacidades humanas e técnicas adequados para cumprirem as suas responsabilidades em matéria de controlo e inspeção das pescas enquanto Estados de pavilhão, costeiros e do porto até 2020;
- A totalidade das principais unidades populacionais do Mediterrâneo²⁴ sujeita a uma recolha de dados adequada, avaliada cientificamente de forma periódica e gerida através de um plano plurianual em matéria de pesca até 2020.

4. GOVERNAÇÃO E EXECUÇÃO

4.1 Coordenação

A coordenação *política* será assegurada através dos mecanismos e processos existentes da União para o Mediterrâneo, incluindo reuniões de altos funcionários e reuniões ministeriais. A

²⁴ http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/faoweb/GFCM/News/Mid-term_strategy-e.pdf.

coordenação *operacional* será assegurada através de um Grupo de Ação para o Mediterrâneo Ocidental (WestMED) ligado ao Grupo de Trabalho da União para o Mediterrâneo sobre a Economia Azul, e incluirá pontos focais nacionais dos ministérios competentes, da Comissão Europeia e do Secretariado da União para o Mediterrâneo. Também poderão ser convidados a integrar o grupo de ação representantes das organizações regionais existentes do Mediterrâneo.

4.2 Execução e relatórios

Para que a iniciativa funcione, têm de ser satisfeitas várias condições:

- O apoio ministerial para reconhecer que a iniciativa é transversal a diversas políticas, ministérios e níveis de governo. Os países devem definir prioridades, assumir a apropriação e responsabilidade, alinhar políticas e fundos a nível nacional e conceder aos decisores e aos responsáveis pela execução das políticas os poderes e recursos necessários a todos os níveis administrativos;
- A Comissão deve assegurar uma abordagem estratégica a nível da UE, incluindo coordenação com iniciativas existentes relacionadas com a UE;
- Os governos devem monitorizar, prestar informações ao Grupo de Ação e avaliar os progressos nacionais, bem como orientar a execução;
- Deve ser assegurada a coordenação com o trabalho das organizações regionais existentes através do Secretariado da União para o Mediterrâneo;
- As principais partes interessadas devem participar: autoridades nacionais, regionais e locais, incluindo autoridades de gestão, intervenientes económicos e sociais, cidadãos, instituições académicas e organizações não governamentais. Esta participação será igualmente promovida através de eventos públicos (por exemplo, fóruns anuais, eventos entre empresas e sessões de apresentação/financiamento rápidos);
- Um mecanismo de assistência específico irá prestar apoio inicial aos países e ao Grupo de Ação; este apoio deverá incluir também a participação e parcerias entre partes interessadas, bem como a recolha de eventuais dados necessários para definir pontos de partida, monitorizar e apresentar relatórios sobre os progressos.

5. LIGAÇÕES ÀS POLÍTICAS DA UE

Ao invés de criar nova legislação, a presente iniciativa visa alcançar os objetivos da União (as prioridades «Emprego, crescimento e investimento», «União da Energia e alterações climáticas», «Migração» e «Uma Europa mais forte na cena mundial») através do reforço das políticas relevantes para a região e do cumprimento do direito da UE.

É privilegiada uma melhor coordenação entre os instrumentos de financiamento e uma abordagem verdadeiramente integrada que una diferentes vertentes políticas e interligue de forma sólida políticas e iniciativas da UE como a política marítima, a política comum das pescas, a política de coesão, as políticas ambientais, marinhas e costeiras, a estratégia global para a política externa e de segurança da UE, o pacote relativo à guarda de fronteiras e costeira, as estratégias relativas ao crescimento azul e à segurança dos mares, a MEDFISH4EVER, a biodiversidade, a adaptação às alterações climáticas, o Sétimo Programa de Ação em matéria de Ambiente, os programas-quadro de I&D e as comunicações «Uma

parceria para a democracia e a prosperidade partilhada com o sul do Mediterrâneo»²⁵ e «Governança internacional dos oceanos»²⁶.

6. LIGAÇÕES MAIS ABRANGENTES

É necessário assegurar a coordenação com programas²⁷ e iniciativas à escala mediterrânica e com o Plano de Ação para o Atlântico e a Estratégia da UE para a região adriática e jónica, bem como com as iniciativas BlueMed e PRIMA²⁸. O programa INTERACT pode prestar assistência a este respeito, nos limites da sua competência.

A iniciativa deve ser coerente com a legislação em vigor. Devem procurar-se sinergias com o processo da União para o Mediterrâneo, o Diálogo 5+5, o Plano de Ação Regional para os Transportes na Região Mediterrânica, a Rede Transmediterrânica de Transportes e quadros mais amplos, como os criados pela Convenção de Barcelona e pela Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo.

Na medida em que propõem ideias sustentáveis e contribuem para o emprego e o crescimento, os projetos apoiados pela iniciativa podem espalhar-se a outras partes do Mediterrâneo, tornando a iniciativa numa porta de entrada do crescimento sustentável na bacia.

7. CONCLUSÃO

A Comissão convida o Parlamento Europeu e o Conselho a apoiarem a presente comunicação. A Comissão convida igualmente o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu a emitirem pareceres sobre esta iniciativa.

A Comissão irá apresentar ao Conselho e ao Parlamento Europeu, em 2022, um relatório sobre a aplicação da presente iniciativa com base nos relatórios dos países.

²⁵ COM(2011) 200.

²⁶ JOIN(2016) 49.

²⁷ Exemplos: Programa Mediterrânico e Programa de Cooperação Transnacional para a Bacia do Mar Mediterrâneo do Instrumento Europeu de Vizinhança.

²⁸ Parceria no domínio da investigação e inovação na zona do Mediterrâneo.